

5. OS PRIMEIROS TEÓRICOS DA ANTROPOLOGIA

Durkheim e Mauss

Boas e Malinowski, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, fundaram a etnografia. Mas o primeiro, recolhendo com a precisão de um naturalista os fatos no campo, não era um teórico. Quanto ao segundo, a parte teórica de suas pesquisas é provavelmente, como acabamos de ver, o que há de mais contestável em sua obra. A antropologia precisava ainda elaborar instrumentos operacionais que permitissem construir um verdadeiro objeto científico. É precisamente nisso que se empenharam os pesquisadores franceses dessa época, que pertenciam à chamada "escola francesa de sociologia". Se existe uma autonomia do social, ela exige, para alcançar sua elaboração científica, a constituição de um quadro teórico, de conceitos e modelos que sejam próprios da investigação do social, isto é, independentes tanto da explicação histórica (evolucionismo) ou geográfica (difusionismo), quanto da explicação biológica (o funcionalismo de Malinowski) ou psicológica (a psicologia clássica e a psicanálise principiante).

Ora, convém notar desde já — e isso terá consequências essenciais para o desenvolvimento contemporâneo de

escola
francesa
de
sociologia

nossa disciplina — que não são de forma alguma etnólogos de campo, e sim *filósofos e sociólogos* — Durkheim e Mauss, de quem falaremos agora — que forneceram à antropologia o quadro teórico e os instrumentos que lhe faltavam ainda.

Durkheim, nascido em 1858, o mesmo ano que Boas, mostrou em suas primeiras pesquisas preocupações muito distantes das da etnologia, e mais ainda da etnografia. Em *As Regras do Método Sociológico* (1894), ele opõe a “precisão” da história à “confusão” da etnografia, e se dá como objeto de estudo “as sociedades cujas crenças, tradições, hábitos, direito, incorporaram-se em *movimentos escritos e autênticos*”. Mas, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), ele revisa seu julgamento, considerando que é não apenas importante, mas também necessário estender o campo de investigação da sociologia aos materiais recolhidos pelos etnólogos nas sociedades primitivas.

Sua preocupação maior é mostrar que existe uma especificidade do social, e que convém conseqüentemente emancipar a sociologia, ciência dos fenômenos sociais, dos outros discursos sobre o homem, e, em especial, do da psicologia. Se não nega que a ciência possa progredir por seus confins, considera que na sua época é vantajoso para cada disciplina avançar separadamente e construir seu próprio objeto. “A causa determinante de um fato social deve ser buscada nos fatos sociais anteriores e não nos estados da consciência individual”. Durkheim não procura de forma alguma questionar a existência desta, nem a pertinência da psicologia. Mas opõe-se às explicações psicológicas do social (sempre “falsas”, segundo sua expressão). Assim, por exemplo, a questão da relação do homem com o sagrado não poderia ser abordada psicologicamente estudando os estados afetivos dos indivíduos, nem mesmo através de alguma psicologia “coletiva”. Da mesma forma que a linguagem, também fenômeno coletivo, não poderia encontrar sua explicação na psicologia dos que a falam, sendo absolutamente independente da criança

que a aprende, é-lhe exterior, a precede e continuará existindo muito tempo depois de sua morte.

Essa irreducibilidade do social aos indivíduos (que é a pedra-de-toque de qualquer abordagem sociológica) tem para Durkheim a seguinte consequência: os fatos sociais são "coisas" que só podem ser explicados sendo relacionados a outros fatos sociais. Assim, a sociologia conquista pela primeira vez sua autonomia ao constituir um objeto que lhe é próximo, por assim dizer arrancado ao monopólio das explicações históricas, geográficas, psicológicas, biológicas. . . da época.

Esse pensamento durkheimiano — que, observamos, é tão funcionalista quanto o de Malinowski, mas não deve nada ao modelo biológico — vai através de suas novas exigências metodológicas, renovar profundamente a epistemologia das ciências humanas da primeira metade do século XX, ou, mais exatamente, das *ciências sociais* destinadas a se separar destas. Vai exercer uma influência considerável sobre a pesquisa antropológica, particularmente na Inglaterra e evidentemente na França, o país de Durkheim, onde, ainda hoje, nossa disciplina não se emancipou realmente da sociologia.

Marcel Mauss (1872-1950) nasceu, como Durkheim, em Epinal, quatorze anos após este, de quem é sobrinho. Suas contribuições teóricas respectivas na constituição da antropologia moderna são ao mesmo tempo muito próximas e muito diferentes. Se Mauss faz, tanto quanto Durkheim, questão de fundar a autonomia do social, separa-se muito rapidamente do autor de *As Regras do Método Sociológico* a respeito de dois pontos essenciais: o estatuto que convém atribuir à antropologia, e uma exigência epistemológica que hoje qualificaríamos de pluridisciplinar.

Durkheim considerava os dados recolhidos pelos etnólogos nas sociedades "primitivas" sob o ângulo exclusivo da sociologia, da qual a etnologia (ou antropologia) era destinada a se tornar uma ramo. Mauss vai trabalhar incansavelmente, durante toda sua vida (com Paul Rivet), para que esta seja reconhecida como uma ciência verdadeira, e não

como uma disciplina anexa. Em 1924, escreve que "o lugar da sociologia" está "na antropologia" e não o inverso.

Um dos conceitos maiores forjados por Marcel Mauss é o do *fenômeno social total*, consistindo na integração dos diferentes aspectos (biológico, econômico, jurídico, histórico, religioso, estético. . .) constitutivos de uma dada realidade social que convém apreender em sua integralidade. "Após ter forçosamente dividido um pouco exageradamente", escreve ele, "é preciso que os sociólogos se esforcem em recompor o todo". Ora, prossegue Mauss, os fenômenos sociais são "antes sociais, mas também conjuntamente e ao mesmo tempo fisiológicos e psicológicos". Ou ainda: "O simples estudo desse fragmento de nossa vida que é nossa vida em sociedade não basta". Não se pode, ainda, afirmar que todo fenômeno social é também um fenômeno mental, da mesma forma que todo fenômeno mental é também um fenômeno social, devendo as condutas humanas ser apreendidas em *todas* as suas dimensões, e particularmente em suas dimensões sociológica, histórica e psicofisiológica.

Assim, essa "totalidade folhada", segundo a palavra de Lévi-Strauss, comentador de Mauss (1960), isto é, "formada de uma multitude de planos distintos", só pode ser apreendida na experiência dos indivíduos". Devemos, escreve Mauss, "observar o comportamento de seres totais, e não divididos em faculdades". E a única garantia que podemos ter de que um fenômeno social corresponda à realidade da qual procuramos dar conta é que possa ser apreendido na experiência concreta de um ser humano, naquilo que tem de único:

"O que é verdadeiro, não é a oração ou o direito, e sim o melanésio de tal ou tal ilha".

Não podemos portanto alcançar o sentido e a função de uma instituição se não formos capazes de reviver sua incidência através de uma consciência individual, consciência esta que é parte da instituição e portanto do social.

Finalmente, para compreender um fenômeno social total, é preciso apreendê-lo totalmente, isto é, de fora como uma "coisa", mas também de dentro como uma realidade vivida. É preciso compreendê-lo alternadamente tal como o percebe o observador estrangeiro (o etnólogo), mas também tal como os atores sociais o vivem. O fundamento desse movimento de desdobramento ininterrupto diz respeito à especificidade do objeto antropológico. É um objeto de mesma natureza que o sujeito, que é ao mesmo tempo — emprestando o vocabulário de Mauss e Durkheim — "coisa" e "representação". Ora, o que caracteriza o modo de conhecimento próprio das ciências do homem, é que o observador-sujeito, para compreender seu objeto, esforça-se para viver nele mesmo a experiência deste, o que só é possível porque esse objeto é, tanto quanto ele, sujeito.

Trabalhando inicialmente com uma abordagem semelhante à de Durkheim, a reflexão da Mauss desembocou, como vemos, em posições muito diferentes. Estamos longe do distanciamento sociológico que supõe a metodologia durkheimiana, e próximos da prática etnográfica de Malinowski. Este último ponto merece alguns comentários.

Os Argonautas do Pacífico Ocidental, de Malinowski, e o *Ensaio sobre o Dom*, de Mauss, são publicados com um ano de intervalo (o primeiro em 1922, o segundo em 1923). As duas obras são muito próximas uma da outra. A segunda supõe o conhecimento dos materiais recolhidos pelo etnógrafo. A primeira exige uma teoria que será precisamente constituída pelo antropólogo. *Os Argonautas* são uma descrição meticulosa desses grandes circuitos marítimos transportando, nos arquipélagos melanésicos, colares e pulseiras de conchas: a *kula*. O *Ensaio sobre o Dom* é uma tentativa de esclarecimento e elaboração da *kula*, através da qual Mauss não apenas visualiza um processo de troca simbólica generalizado, mas também começa a extrair a existência de leis da reciprocidade (o dom e o contradom) e da comunicação, que são próprias da cultura em si, e não apenas da



cultura trobriandesa. Enquanto *Os Argonautas*, a obra menos teórica de Malinowski, evidencia o que Leach chama de "inflexão biológica", o *Ensaio sobre o Dom* já expressa preocupações estruturais.

O fato de poder ser abordada de diferentes maneiras, de suscitar interpretações múltiplas, ou mesmo vocações diversas, é próprio de toda obra importante, e a obra de Mauss está incontestavelmente entre estas. Muitos mestres da antropologia do século XX (estou pensando particularmente em Marcel Griaule, fundador da etnografia francesa, em Claude Lévi-Strauss, pai do estruturalismo, em Georges Devereux, fundador da etnopsiquiatria) o consideram como seu próprio mestre. Mauss ocupa na França um lugar bastante comparável ao de Boas nos Estados Unidos, especialmente para todos os que, influenciados por ele, procuraram promover a especificidade e a unidade das ciências do homem.